



Anais da Assembléia

Nº 174

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 03 DE DEZEMBRO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT Deputado PAULO MAIA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12 Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiele Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. -
(•) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado.

Ato da Presidência:

ATO DA PRESIDENCIA Nº 02

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são contidas pelo TÍTULO II, CAPÍTULO III, SEÇÃO III, artigo 34, combinado com o inciso XIII do artigo 20, do Regimento Interno,

D E C L A R A:

Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 09 (nove) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, de autoria dos Senhores Deputados: DOUTOR ROSINHA, OVIDIO CONSTANTINO, ERNANI PUDELL, LUIZ CARLOS MARTINS, PAULO MAIA, CEZAR SILVESTRI, HEINZ HERWIG, COSTENARO NETO, LOURENÇO FREGONESE, NILTON BARBOSA, EMILIA BELINATI, COLOMBINO GRASSANO, NELSON JUSTUS, JOAO IENSEN, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, ALGACI TULIO, MARIO BEZERRA, JOAO ARRUDA, ALBINO CORAZZA, ANTONIO ANNIBELLI, ERONDY SILVERIO e GERALDO CARTARIO, na Sessão Ordinária do dia 19 de novembro de 1992, com fundamento no disposto pelo § 3º, do artigo 62, da Constituição do Estado do Paraná, num prazo de 120 (cento e vinte) dias, para apurar possíveis irregularidades no desvio de verbas pela Corporação da Polícia Militar do Estado, para contas particulares do oficialato e a construção de Colônia de Férias na praia de Betaras, litoral do Paraná, com material comprado pelo FUNREBOM - Fundo de Equipamento do Corpo de Bombeiros, devendo a mesma ser constituída por 02 (dois) Deputados do PMDB e, 01 (um) Deputado do PST, PFL, PTB, PDT, PSDB, PL e PT, respectivamente.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 23.11.92.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 120ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 1992.**

(QUINTA - FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Heinz Herwig, secretariada pelos Senhores Deputados: João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Djalma da Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pu-

Curitiba, quinta, em 03.12.92

dell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix e Toti Colaço (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca, Albino Corazza, Costenaro Neto, e Rossoni (04). Achando-se em licença os Senhores Deputados Algaci Túlio e Rafael Greca de Macedo (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR 2º SECRETARIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFICIO Nº 1472/92

Senhor Presidente.

Venho através do presente, justificar a minha ausência na Sessão Ordinária do dia 03.12.92, por compromissos inadiáveis em minha região.

Sem mais, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 03.12.92.

(a) ROSSONI

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Através do presente comunicamos a Vossa Excelência que o Deputado Oswaldo Trevisan assumirá a função de vice-líder da bancada do PMDB, face à nomeação do Deputado José Tavares para o cargo de Secretário de Estado da Justiça e Cidadania - SEJU, titular da função.

Sem outro particular para o momento, reiteramos protestos de estima e apreço.

Sala das Sessões, em 03.12.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

Líder do Governo PMDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1990

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 414/92, dá nova redação ao art. 11 da Lei Complementar nº 56 (Criação de Municípios).

Sala das Sessões, em 03.12.92.

(a) GERALDO CARTARIO

REQUERIMENTO Nº 1991

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Regime de Urgência para o Projeto de Lei Complementar nº 493/91, que trata da matéria de criação e incorporação de Municípios no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.12.92.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 1979

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 159 do Regimento Interno e, após ouvido o plenário, respeitosamente requer o adiamento por (10) dez sessões, da discussão e votação do projeto de lei nº 571/91, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, que institui o Fundo Paranaense de Habitação Popular.

Sala das Sessões, em 03.12.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1984

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a INCLUSÃO EM PAUTA, na Sessão do próximo dia 07 de dezembro do corrente (segunda-feira), dos Projetos de Lei, de nossa autoria, nºs 534/91, que isenta de ICMS veículos, máquinas e equipamentos adquiridos pelas Prefeituras Municipais do Estado do Paraná; 565/91, que estabelece normas para a prática de Esportes Náuticos no Litoral Paranaense; e 370/92, que institui normas para a venda de óleos combustíveis em lojas, supermercados, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 03.12.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO Nº 1981

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o plenário, dispensa de dis-

cussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 03.12.92.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1980

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada da Ordem do Dia, por (dez) 10 sessões, do Projeto de Lei nº 065/92, item 04 da presente sessão.

Sala das Sessões, em 03.12.92.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1995

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa do interstício para a realização de uma Sessão Extraordinária logo após a presente Sessão para apreciação dos projetos aprovados em 1ª Discussão.

Sala das Sessões, em 03.12.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1985

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a formação de uma Comissão Especial composta de 03 (três) Deputados para, representando a Assembléia Legislativa, acompanhar a implantação do MERCOSUL - Mercado Comum do Cone Sul.

REQUER, outrossim, que após vencido o prazo constitucional de duração, tenha a Comissão, automaticamente, o prazo de duração dilatado, visto que o MERCOSUL é um projeto a longo prazo, envolvendo órgãos e entidades, os quais deverão ser oficiados sobre a formação desta Comissão Parlamentar.

Sala das Sessões, em 03.12.92.

(a) MARIO BEZERRA

JUSTIFICATIVA:

Na medida do possível, a Comissão acompanhará a formalização de normas globais para as empresas, a harmonização dos direitos da sociedade, a liberação dos setores de serviços e a livre circulação de capitais, tarefa das mais difíceis em todo e qualquer bloco que se forma; contribuir para o processo de desenvolvimento e promoção da justiça social, a preservação do meio ambiente, políticas macroeconômicas e a contemplação dos diferentes setores da economia, com base no princípio da dualidade, flexibilidade e equilíbrio, visando à melhoria de vida das comunidades.

REQUERIMENTO Nº 1975

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Desembargador LAURO FABRICIO DE MELLO PINTO, ocorrido em 20.11.92.

Sala das Sessões, em 03.12.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em 20.11.92, faleceu, na cidade de São Paulo, o Desembargador Lauro Fabrício de Mello Pinto, onde residia.

O Desembargador Lauro Fabrício foi destacado nome da magistratura paranaense. Nascido na cidade de Palmas, era filho de Constantino Fabrício de Mello e de Balbina de Mello Pinto. Exerceu as funções de Promotor de justiça em várias comarcas do Estado do Paraná sendo uma delas em Ponta Grossa. Prestou concurso para a magistratura e ocupou o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Guarapuava por dez anos, onde se casou com Maria de Lourdes Fabrício de Mello. Foi nomeado desembargador em 1956, quando presidiu uma das Câmaras Criminais. Foi eleito Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná ainda na década de 50 e em 1958, foi eleito Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (de 1958 a 1964). Aposentou-se em 1966 e ocupou o cargo de Secretário do Interior e Justiça do Paraná durante o governo Paulo Pimentel (1969 a 1971).

Deixa seis filhos: Maria Regina, Lauro Augusto, Dulce, Diana, Cid Augusto e Emanuel Augusto. Sendo que Lauro Augusto seguiu a mesma carreira do pai na magistratura.

O Desembargador LAURO FABRICIO foi Professor Universitário tendo sido mestre deste Deputado.

O passamento de Lauro Fabrício veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de Seu servo Lauro Fabrício.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Mello Pinto endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1982

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Votos de Congratulações pelo 38º Aniversário de Emancipação Política do Município de Bom Sucesso, em 15 de novembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 03.12.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1977

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Louvor ao SIATE, do Corpo de Bombeiros da Capital, pela presteza no pronto atendimento às vítimas em acidente de trânsito.

Sala das Sessões, em 03.12.92.

(a) JOÃO IENSEN

JUSTIFICATIVA:

Tendo início suas operações, em maio de 1990, o SIATE do Corpo de Bombeiros de Curitiba, gerenciado pelo Tenente Coronel Nivaldo França da Costa, contando hoje, com 04 (quatro) viaturas, para atender, não só na Capital, como toda a Região Metropolitana.

Nesta manifestação lisonjeosa a brilhante corporação do Corpo de Bombeiros, comandado pelo Coronel Carlos Roberto Cidade, vem salvando vidas, pela presteza em s/atendimentos, quando tivemos a oportunidade de presenciar um acidente em uma de nossas vias públicas; o SIATE foi chamado e, em menos de 07 (sete) minutos já estava no local.

Com esta demonstração de preparo das equipes do SIATE podemos afirmar, que necessitamos completar pelo menos 10 (dez) viaturas.

REQUERIMENTO Nº 1986

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República com moção de apoio ao Meritíssimo Juiz-Presidente da 4ª Junta de Conciliação e Julgamento de Curitiba, Doutor João Oreste Dalazen, para sua nomeação como Juiz Togado do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, constitucionalmente reservado a magistrado de carreira.

Sala das Sessões, em 03.12.92.

(a) GERALDO CARTARIO

JUSTIFICATIVA:

Em Sessão realizada dia 23 de novembro último, o Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, pelo voto de seus integrantes, incluiu o nome do ilustre Magistrado Trabalhista João Oreste Dalazen

em lista triplíce de merecimento, para promoção àquela alta corte, mediante preenchimento de vaga destinada aos juizes de carreira e decorrente da ascensão do Doutor Indalécio Gomes Neto ao cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

O ínclito Doutor João Oreste Dalazen, que também é professor de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), tem notável folha de serviços, decorrente de grande esforço e dedicação à causa da Justiça e do Direito do Trabalho.

Ingressou na Magistratura do Trabalho por concurso público de provas e títulos em 10 de dezembro de 1980, tendo sido promovido por critérios de merecimento ao cargo de Juiz-Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento em julho de 1982. Como tal, jurisdicionou JCI's em Maringá, Guarapuava e Curitiba.

Dezenas de artigos em revistas de Direito Trabalhista e em diferentes periódicos espelham, de modo inequívoco, as brilhantes contribuições do ilustre magistrado à ciência jurídica paranaense.

Também reflete o prestígio do retratado o exercício do magistério superior na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, desde 1986, o que por duas vezes lhe rendeu homenagens dos estudantes daquela instituição.

Igualmente, a Associação dos Magistrados Brasileiros, entidade que congrega todos os juizes do País, agraciou o eminente julgador com a Medalha José Albano Fragozo, por serviços prestados à judicatura nacional.

A nomeação do Doutor João Oreste Dalazen para o cargo de Juiz Togado do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, a par de dotar aquela prestigiosa corte de membro operoso e culto, por certo significará o digno preenchimento de lacuna hoje existente, de vez que o próprio órgão já convocou várias vezes para atuar, em seus quadros, em caráter de interinidade, confiando-lhe, inclusive, a presidência de uma de suas Turmas, em 1989. Aliás, o reconhecimento de suas qualidades, pelos próprios integrantes do tribunal paranaense, se dá, mais uma vez, no corrente ano, com nova convocação e o voto de louvor e incentivo, unanimemente conferido, por sua aprovação em concurso público para o provimento de cargo de Professor da Universidade Federal do Paraná.

E justo, pois, que o Poder Legislativo do Paraná se empenhe na indicação do nobre magistrado, recomendando-o aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República e Ministro de Estado da Justiça, porquanto sua nomeação significará, também, o engrandecimento da própria Justiça do Trabalho de segunda instância no Estado.

REQUERIMENTO Nº 1987

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros do Instituto de Saúde do Estado do Pr., Projeto Administração de Programas Especiais, para implantação, reformas, e melhorias nos postos de saúde dos Municípios conforme específica: Irati, Rebouças, Mallet, São João do Triunfo, Inácio Martins, Imbituva, Teixeira Soares, Quinta do Sol, Boa Esperança, Racho Alegre do Oeste, Farol, Corumbataí do Sul, Prudentópolis e Rio Azul.

Sala das Sessões, em 03.12.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 1988

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à mesa, após ouvido o Soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário Especial da Habitação, solicitando a liberação de recursos financeiros para a construção de 50 casas populares nos Municípios, conforme específica: Irati, Rebouças, Mallet, São João do Triunfo, Inácio Martins, Imbituva, Teixeira Soares, Quinta do Sol, Boa Esperança, Racho Alegre do Oeste, Farol, Corumbataí do Sul, Prudentópolis e Rio Azul.

Sala das Sessões, em 03.12.93.

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO Nº 1989

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem o envio de expediente aos Senhores Itamar Franco, Presidente da República, e aos Deputados Federais pelo Paraná, sugerindo a indicação do nome do Senhor Cestílio Merlo, para o cargo de diretor da Carteira de Crédito Rural do Banco do Brasil.

Sala das Sessões, em 03.12.92.

(aa) COSTENARO NETO, DUILIO GENARI, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, TOTI COLAÇO, OSWALDO TREVISAN, ORLANDO PESSUTI, EURIDES MOURA, DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, SEVERINO FELIX, DOBRANDINO DA SILVA, ALCEU SWAROWSKI E HERMAS BRANDÃO.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de funcionário de carreira do Banco do Brasil, com 27 anos de Casa e há mais de 15 anos trabalhando na Superintendência do Banco em Curitiba. É profissional conhecedor das atividades do Banco, em especial na área rural.

REQUERIMENTO Nº 1992

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Stênio Sales Jacob, Presidente da SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná, no sentido de que sejam adotadas medidas necessárias visando a implantação de rede coletora de esgotos no núcleo Habitacional Santa Terezinha, no bairro com o mesmo nome deste, na cidade de Ponta Grossa - Paraná.

A população daquele núcleo habitacional vem enfrentando gravíssimos problemas sanitários devido a falta de rede coletora de esgotos. Neste período chuvoso, as fossas sépticas residenciais acabaram transbordando, expondo com isso, os moradores da localidade a doenças e favorecendo a sua disseminação.

Sala das Sessões, em 03.12.92.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1976

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a transcrição, nos Anais da Assembleia Legislativa, do artigo: "MORRE UM GRANDE JUIZ", publicado no "Jornal do Estado" de 1º do corrente.

Sala das Sessões, em 03.12.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Cada palavra, cada pensamento é uma lição de fé, e, isto o jornalista Doutor Roberto Barrozo Filho, faz muito bem, aprofundando tantos e belas recordações do magistrado Doutor LAURO FABRICIO DE MELLO PINTO, em seu artigo "Morre um Grande Juiz", publicado no "Jornal do Estado", dia 1º do corrente.

É de mais alta significação para a família paranaense o artigo assinado pelo Doutor Roberto Barrozo Filho, a respeito do magistrado do Doutor Lauro Fabrício de Mello Pinto, sob o título "Morre um Grande Juiz". Desnecessário é destacar a importância desse artigo, porque está presente e evidenciado no dia-a-dia da sociedade.

O Desembargador Lauro Fabrício de Mello Pinto era natural de Palmas (PR), onde nasceu em 03 de janeiro de 1907, filho de Constantino Fabrício de Mello e de Dona Balbina de Mello Pinto. Exerceu as funções de Promotor de Justiça em várias comarcas. Prestou concurso para a magistratura e ocupou o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Guarapuava por 10 anos.

Foi nomeado desembargador em 1956. Foi Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral

do Paraná, aposentando-se em 1966. De 1969 a 1971, exerceu o cargo de Secretário de Interior e Justiça.

Foi professor Universitário, quando este Deputado teve o prazer e a honra de ser seu aluno.

Por isso, entendemos justa e oportuna a transcrição do artigo "Morre um grande Juiz", do Jornalista Doutor Roberto Barrozo Filho.

REQUERIMENTO Nº 1978

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a Transcrição nos Anais da Casa o comentário assinado pelo Empresário Mauro Fregonese, no Jornal Indústria & Comércio na data de hoje 03 de dezembro de 1992.

Sala das Sessões, em 03.12.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O citado comentário diz bem de perto as questões relacionadas com a falta de prestígio dado aos empresários paranaenses que trabalham com o sistema de vale-refeições, e com isso aqueles que participam desse método arcaico não prestigiando o Paraná, estão prejudicando além das firmas, os milhares de trabalhadores que trabalham com esse ramo. Por essa razão, o comentário que pedimos a transcrição é oportuno e mostra uma realidade atual com relação aos órgãos do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

(Todos declinam).

SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

Ainda sobre o projeto de Transporte Intermunicipal de Passageiros, Sr. Presidente, na semana que passou o relator do projeto que acaba com o monopólio do ônibus do Paraná, Luiz Carlos Martins, apresentou à Comissão de Constituição e Justiça, seu parecer dizendo que poderia tramitar na Casa, portanto, parecer dando a parte legal, e o Deputado Hermas Brandão pediu bem vistas, ele teria, pelo Regime Interno 48 horas para devolver o Projeto à Comissão de Constituição e Justiça.

Como não o fez, eu solicito à Mesa Executiva da Casa que faça cumprir o Regimento Interno e mande restaurar o Projeto e que o coloque na Ordem do Dia porque assim diz o Regimento Interno.

Muito obrigado!

O SR. EURIDES MOURA (Pela Ordem) - Só para

registrar a presença honrosa do Prefeito eleito do recém-criado município de Pitangueiras, o companheiro Arquimedes Ziroldo; a quem damos as boas-vindas.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Quanto à questão de ordem levantada pelo Deputado Neivo Beraldin, nós vamos conversar com o Deputado Anibal Khury para fazermos a restauração do Projeto, se possível.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

Quero registrar o nosso protesto porque a Ordem do Dia hoje nos foi entregue a 1:30 horas da tarde, portanto, uma hora antes da sessão, com uma extensa pauta que tem cerceado os trabalhos parlamentares principalmente na análise e para possibilidade de ir um voto consciente em plenário.

Queremos registrar esse protesto com absoluta veemência e solicitar à Mesa que tome enérgicas providências para que esse fato não se repita e que a ordem do dia esteja em tempo hábil na mão dos Srs. Deputados para que eles possam apreciar a pauta de definir o seu voto, o seu comportamento em Plenário quando forem levados à apreciação dos Pares desta Casa.

Era isso, Sr. Presidente.

SR. TOTI COLAÇO - (Pela Ordem) - Gostaria de registrar a presença neste Casa do Prefeito eleito do município de Imbituva, Nelson Teodoro Fenker e também do Prefeito eleito do Município de Prudentópolis Antônio Marquiano Antônio.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - A assessoria nos informa que tendo em vista a publicação do "impeachment" do Governador a gráfica teve problemas e atrasou a publicação do anexo.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº SPB.1472/92, subscrito pelo Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 03 do corrente mês, em função de compromissos em sua Região. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Orlando Pessuti, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado que assumirá a função de vice-líder desta Bancada, face à nomeação do Senhor Deputado José Tavares, para o cargo de Secretário de Estado da Justiça e Cidadania. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando dispensa do interstício para a realização de uma Sessão Extraordinária logo após a presente Sessão para apreciação dos Projetos aprovados em 1ª discussão. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 571/91, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, estabelece critérios e normas para a execução da Política Habitacional do Estado do Paraná e autoriza o Poder Executivo a criar e dotar de recursos orçamentários o FPHP - Fundo Paranaense de Habitação Popular. Anexado a este os Projetos de Lei nºs 172/91 e 373/91, a requerimento aprovado em 18.11.92, de autoria do Deputado Ernani Pudell. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.O.P.T.C.. SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 571/91.

Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, pela ordem.
(Assentimento).

O Projeto está em Regime de Urgência.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Não está.

Senhor Presidente, para encaminhar o requerimento.

(Assentimento).

Senhor Presidente, ontem de manhã o Deputado Ernani Pudell nos falou a respeito do Substitutivo Geral que apresentou aos Projetos 571, 172 e 373/91, o primeiro deles de autoria do Deputado José Afonso. E nós conversamos com o Secretário de Habitação, Dr. Luiz Claudio Romanelli, e ele nos disse que, realmente, tem conhecimento do Substitutivo, que é um Substitutivo que atende à maioria dos interesses do Programa de Habitação do Paraná, mas tem algumas coisas que ele gostaria ainda de avaliar com mais profundidade.

Inclusive, disse ele, Senhor Presidente, tendo em vista o Projeto que nós estamos votando do Senhor Deputado José Afonso Júnior, e gostaria que, também, o Deputado José Afonso Júnior, mesmo estando, hoje, na condição de Secretário de Estado, mas representando lá também este Poder Legislativo, pudesse também ter ciência desse

Substitutivo.

No dia de ontem não nos foi possível dar encaminhamento, dado o início rápido de votação, razão pela qual nós estamos retirando da Ordem do Dia. Vamos encaminhar o Substitutivo ao Dr. Romanelli e ao Deputado José Afonso, para que possamos ter deles também da concordância, haja vista, que são, a exemplo do Deputado Ernani Pudell e de outros Deputados, pessoas que estão com muito interesse na aprovação deste Projeto e no conteúdo do Substitutivo.

Por essa razão é que nós estamos requerendo a retirada da Ordem do Dia.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, para encaminhar.
(Assentimento).

O Projeto e o Substitutivo foram exaustivamente negociados por representantes dos movimentos de habitação popular, Bancada do PT, Deputado José Afonso, o Secretário de Habitação, inclusive vários dispositivos de interesse até da Secretaria e dos programas foram colocados neste Substitutivo.

A discussão dessa política de habitação no Paraná já se arrasta acerca de um ano e pouco e o Requerimento do ilustre Deputado Orlando Pessuti, praticamente, torna inviável a criação do Fundo ainda neste exercício financeiro. Dez sessões é muito tempo.

Então, eu quero fazer uma proposta conciliatória ao Deputado que retirássemos por cinco sessões. Eu acredito que seria o suficiente e daria condições ainda este ano de serem apreciadas.

O SR. ORLANDO PESSUTI - E havendo a concordância deles, a gente pode incluir na Ordem do Dia de imediato.
Estamos de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Requerimento do Deputado Orlando Pessuti que requer a retirada por cinco sessões.

Aprovado.

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 571/91.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 259/91, de autoria do Deputado Nilton César Servo, autoriza o Governo do Paraná a implantar unidades volantes de pronto socorro nas rodovias existentes no Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.S.P. e C.O.P.T.C. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 493/91, de autoria do Deputado

Nelson Justus, que dispõe sobre a incorporação de municípios no Estado do Paraná e revoga as Leis Complementares nºs 56 e 57/91. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J..**

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário ao Substitutivo Geral, em nº de 05 (cinco), de autoria de vários Senhores Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO GERAL APRESENTADO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 493/91

EMENDA DE PLENARIO DE Nº 01

Art. ... - Dá nova redação ao inciso I do Art. 1º:

"Art. 1º - ...

I - população estimada não inferior a 10.000 (dez mil) habitantes, nas respectivas áreas, no caso de criação ou incorporação integral de Municípios."

Sala das Sessões, em 03.12.92.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Apoiamento: Mário Bezerra, Toti Colaço, Plauto Miró Guimarães, João Iensen, Alceu Swarowski, Heinz Herwig.

EMENDA DE PLENARIO DE Nº 02

Acrescente-se onde couber:

"Art. ... - Aos servidores que na data da criação do novo município prestavam serviços no território desmembrado, independentemente de regime jurídico, fica garantido o direito de optar no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da sua instalação, pela permanência no município de origem ou pela assunção, no novo município, no mesmo cargo que ocupavam na data da sua emancipação, no município de origem.

Parágrafo Único - Fica a critério do Prefeito do novo município a manutenção ou não das vantagens de caráter pessoal dos servidores que optarem nos termos do caput deste artigo".

Sala das Sessões, em 03.12.92.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento: Carlos Simões, Djalma de Almeida César, Luiz Henrique Bona Turra e Alceu Swarowski.

JUSTIFICATIVA:

A antiga Lei Orgânica dos Municípios, Lei Complementar nº 2, previa essa possibilidade aos servidores.

Posteriormente, a Lei Complementar nº 27/86, bem como a nº 56/91, foram omissas a esse respeito.

Face a essa omissão, novos municípios têm recebido o território, bens e serviços, mas não querem assumir os servidores que prestavam serviços no território desmembrado à época da sua emancipação.

A toda evidência essa situação cria flagrante injustiça com os municípios que perderam territórios, pois há casos em que municípios tiveram quatro distritos emancipados de uma só vez, os quais estão sentindo dificuldades para que os servidores sejam absorvidos pelos municípios recém-criados, asoberbando o quadro de funcionários do município mãe.

E de se ressaltar ainda que através de Acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, fotocópia, em anexo, está sendo garantido a funcionários nas mesmas condições o direito que ora pretendemos seja regularizado.

REEXAME NECESSARIO

017.PROCESSO: 0019617-4
COMARCA: CASCAVEL
VARA: 1ª VARA CÍVEL
REMETENTE: JUIZ DE DIREITO
AUTOR: CREUZA LOPES DA SILVA
AUTOR: DEVANIR DA SILVA
AUTOR: ATILIA RIBEIRO FERREIRA
AUTOR: VITORINA ELIZETE PEREIRA
AUTOR: DILCE DA SILVA
AUTOR: SALETE MORAES MATOS
AUTOR: NAIR CORREIA
AUTOR: VARDELICE PAULINO
ADVOGADO: CARLOS ALBERTO TAMURI M.
REU: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE
ADVOGADO: WILSON PLANAS
AUT. COATORA: PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA TEREZA DO OESTE
N. ACORDÃO: 9027
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA CÍVEL
DATA JULGAM.: 27/10/92
RELATOR CONV.: JUIZ ACCACIO CAMBI

DECISÃO: ACORDAM os componentes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, por unanimidade de votos, em confirmar a r. decisão a quo, em reexame necessário. EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA, CRIAÇÃO DE NOVO MUNICÍPIO. FUNCIONÁRIOS QUE PRESTAVAM SERVIÇOS AO DISTRITO, TRANSFORMANDO EM MUNICÍPIO, QUE ANTES PERTENCIA A CASCAVEL. OPÇÃO PELO RECEM-CRIADO MUNICÍPIO. ATO DO PREFEITO EXIGINDO A PRESTAÇÃO DE CONCURSO. INADMISSIBILIDADE. Prevendo a Lei Orgânica Municipal que o novo Município estava obrigado a admitir os funcionários que prestavam serviços ao Distrito, antes de sua emancipação, desde que optassem para tanto, e exigindo o mesmo Município das impetrantes a prestação de concurso, concede-se a segurança para admitir as impetrantes em suas funções, Reexame necessário improvido.

EMENDA MODIFICATIVA SUPRESSIVA
DE PLENARIO Nº 03

O inciso I do artigo 1º passa a ter a seguinte redação:

"I - população estimada não inferior a 10.000 (dez mil) habitantes, nas respectivas áreas, no caso de criação ou incorporação integral de Municípios."

Sala das Sessões, em 03.12.92

(a) ELIO RUSCH

Apoio: Toti Colaço, Severino Félix, Orlando Pessuti, Alceu Swarowski, Djalma de Almeida César.

EMENDA MODIFICATIVA SUBSTITUTIVA
DE PLENARIO Nº 04

O inciso IX do artigo 1º do substitutivo geral ao projeto de lei complementar passa a ter a seguinte redação:

"IX - existência de centro urbano com no mínimo 500 (quinhentas) casas."

Sala das Sessões, em 03.12.92

(a) ELIO RUSCH

Apoio: João Arruda, Geraldo Cartário, Toti Colaço, Severino Félix, Orlando Pessuti, Mário Bezerra, Alceu Swarowski, Djalma de Almeida César.

EMENDA DE PLENARIO Nº 05

Acrescente-se onde couber:

"Art.... - A transferência de patrimônio, bens e serviços entre o município de origem e os municípios recém-criados, a serem instalados a partir de 1º de janeiro de 1993, obedecerá os seguintes fundamentos:

I - O Município originário transferirá ao novo Município os equipamentos, veículos e máquinas, integrantes de seu parque, proporcionalmente ao número de habitantes entre o município de origem e o município desmembrado.

II - O Prefeito Municipal do município de origem transferirá, por decreto, até o dia da instalação do novo município, os bens e serviços de que trata o parágrafo anterior, dos quais será transferida a posse ao assumir a nova administração.

III - A dívida ativa referente a propriedades nele localizadas passará a se constituir crédito do município desmembrado, ao qual fica atribuída, a partir da data de sua instalação, competência exclusiva no que se refere a sua cobrança e expedição de certidões negativas.

Parágrafo Único - Para cumprimento do disposto neste artigo a Prefeitura do município originário transferirá, no prazo improrrogável, de 15 dias a ser contado a partir da instalação do novo município, o cadastro imobiliário referente a sua área."

Sala das Sessões, em 03.12.92

(a) GERALDO CARTARIO

Apoiamto: Severino Félix, Carlos Simões, Elio Rusch, Djalma de Almeida César, Orlando Pessuti, Alceu Swarowski.

O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 065/92, de autoria do Deputado Anibal Khury, considera área especial de interesse turístico, o Balneário de Caiobá, situado no Município de Matinhos, no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.T.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 065/92.

Aprovado.

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 065/92.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 238/92, de autoria do Deputado Eurides Moura, fica o Poder Executivo autorizado a implantar um Laboratório de Produção de Medicamentos, com recursos do Ministério da Saúde, conforme artigo 200 da Constituição Federal. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P. **Em votação.**

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

O Projeto de Lei 238/92 de autoria do Deputado Eurides Moura, autoriza o Poder Executivo a implantar laboratório de produção de medicamentos com recursos do Ministério da Saúde.

Nós queremos dizer que já há anos existe o laboratório da Secretaria Estadual da Saúde, chamado CEMEPAR, para produção de medicamentos. No CEMEPAR pode ser investido dinheiro do próprio Tesouro ou qualquer outra verba que venha via convênio. Inclusive este laboratório durante o ano passado teve uma diminuição da sua produção por falta de investimento de interesse do Governo. Bastava o Governador ou a Secretaria Estadual de Saúde ter interesse, investindo na produção de medicamentos que teria feito. Inclusive, se Vossa Excelência desejar eu tenho cópia do montante da produção de medicamentos feitos pela CEMEPAR num relatório do próprio laboratório.

No nosso entender esse projeto é inócua, porque o laboratório já existe, portanto nós solicitamos ao Senhor Deputado que retire da Ordem do Dia e peça para ar-

quivá-lo que não tem razão de existir, uma vez que o laboratório já está funcionando com dinheiro do Tesouro ou com verbas que podem receber do Ministério da Saúde ou qualquer outro dinheiro público bastando para isso vontade política da direção daquele laboratório.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto.

Aprovado, artigo por artigo.

O SR. DR. ROSINHA - Voto contrário da Bancada do PT, por ser inócua o projeto.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 259/92, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, torna obrigatória a execução do Hino Nacional Brasileiro e do Hino do Estado do Paraná, nos estabelecimentos públicos de ensino escolar. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.E.C.E.

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 259/92

EMENDA DE PLENARIO Nº 01

Dã nova redação ao Art. 3º, com a seguinte redação:

"Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº 7808 de 23 de dezembro de 1983."

Sala das Sessões, em 03.12.92

(a) CLEITON KIELSE

Apoiamto: Luiz Carlos Martins, Luiz Henrique Bona Turra, Orlando Pessuti, Luiz Antonio Setti, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Toti Colaço, Dobrandino da Silva, Geraldo Cartário, Renato Adur, Alceu Swarowski, Carlos Simões, Severino Félix, Djalma de Almeida César, Oswaldo Trevisan, Eurides Moura, Nelson Justus.

"LEI Nº 7808

DATA: 23 de dezembro de 1983.

SOMULA: Obriga a execução cantada dos Hinos Nacional, à Bandeira e do Estado, nos estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - É obrigatória, a partir da data da vigência desta Lei, nos estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo

graus do Estado a execução cantada dos Hinos Nacional, à Bandeira e do Estado.

Parágrafo Único - Os hinos cuja execução é exigida por este artigo deverão ser entoados com a participação do corpo docente e discentes das escolas, em dias alternados, de modo que pelo menos um deles seja executado a cada dia.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 23.12.83

(aa) JOSE RICHÁ

Governador do Estado

GILDA POLI ROCHA LOURES

Secretária de Estado da Educação"

Em discussão:

O. SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - O Projeto de Lei 259/92 de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que torna obrigatória a execução do Hino Nacional Brasileiro e do Hino do Estado do Paraná nos estabelecimentos públicos de ensino escolar, ele tem um caráter de ser inócua, também como o anterior.

Inclusive ontem por ter votado contrário a esse projeto eu fui agredido após a sessão aqui na Assembléia Legislativa. Por que que nós votamos contrário? O patriotismo não se cria e não se forma obrigando crianças a entoarem hinos ou canções. Patriotismo e defesa da Nação e do Estado se adquire quando a população não viva como simples indivíduo, mas tenha todos seus direitos de cidadania garantidos. Direito a saúde, educação, habitação e alimentação, eu tendo esses direitos e sendo respeitado como cidadão eu terei prazer e honra em defender a pátria e respeitar os símbolos que ela se coloca.

Com democracia e educação a população brasileira aprende a cantar os hinos e respeitar os símbolos e a população brasileira mesmo com toda dificuldade econômica, com 70 milhões passando fome, nunca se negou a cantar o Hino Nacional e a defender a pátria brasileira, isso tem se dado.

Ontem eu votei contrário, porque com obrigação não se ensina patriotismo e não só isso queremos informar a essa Casa de Leis que a Lei nº 78/08 de 22.12.82, já coloca a obrigação da execução cantada dos Hinos Nacional, à Bandeira dos Estados nos estabelecimentos de ensino do primeiro e segundo graus, lei esta aprovada por esta Assembléia Legislativa, sancionada por José Richa, então Governador, e por Gilda Polli. E como eu disse que esta lei que estávamos aprovando ontem é inócua porque era mais uma para ser desrespeitada. Já temos a Lei nº 7808 desde 83 que não se faz respeitar nos estabelecimentos de ensino.

Aí se prova mais a inocuidade de mais

uma Lei a ser aprovada que não tem necessidade porque já existe com caráter desde 83 e não é com obrigação que se faz crianças cantarem o Hino Nacional.

E quanto a agressão física de ontem darei entrada na próxima semana à Mesa, com uma representação, para que se tomem as devidas providências.

O SR. CLEITON KIELSE - Quanto ao Projeto de 1982, assinado então pelo Governador José Richa, era o Hino, era o Projeto do Deputado Annibelli que instituiria a obrigatoriedade também, mas sem designar quantos dias da semana e quais dias.

Este projeto talvez vá de encontro hoje ao que eu sinto nos colégios e em escolas estaduais que são esquecidas, talvez por alguns, mas lembrado pelo Governador Roberto Requião, que ainda nos seus últimos discursos, ainda na semana passada, citou que 5% sequer dos paranaenses sabem cantar o Hino do Paraná.

Eu pergunto aos Deputados aqui: quantos de nós sabem cantar o Hino do Paraná? O Hino do nosso Estado, o Hino que releva, talvez em música o idealismo, o patriotismo, o civismo, que eu, como muitos dos meus Pares tivemos, ainda na escola primária, ainda na escola secundária, no colégio e nas Universidades que cursamos, esteja esquecido, esteja como um passado remoto, mas talvez ainda em tempo de renascer e de relembrar a glória das revoluções que cantávamos, talvez, não pela minha idade, mas meu pai, nas brigas com o Governo, nas brigas com a sociedade civil, levando sempre a Pátria acima de tudo.

Este projeto agora em segunda discussão talvez seja o início de um renascer de um novo tipo de civismo, demonstrado também na Câmara Federal, onde expurgado o tal Presidente Collor que com promessas, só promessas, e sim agora deflagrado o corrupto político. A politicagem feita sempre com conchavos.

Talvez este projeto demonstre, mesmo sendo jovem, que nós podemos levar aos pequenos e jovens secundaristas que a Pátria também pode ser cantada, que o Estado pode ser relembrado também nas suas glórias e também podemos levar aos seus filhos um pouco de civismo. O idealismo de ser Deputado, como sou agora, talvez não seja o mesmo idealismo de alguns outros Pares que têm aqui.

Esse idealismo de modificar, melhorar a sociedade civil, tentar levar o que o Governo pode levar aos municípios e modificar perante o País também o critério de política.

Estou sim contrariado ao pensamento do Dr. Rosinha. Talvez ele tenha exposto o lado dele, o lado pessoal que ainda ontem citando que se fosse para colocar um Hino,

deveria ser o Hino dos vermelhos, o Hino que vocês conhecem muito bem, o Hino Socialista. Tudo bem, ele que faça um projeto e ponha este Hino também.

Quanto ao projeto que releva, talvez em música o que nós quiséssemos na fê e no trabalho. Talvez dessa forma, com um projeto simples, até esquecido, como já dizia o Deputado Rosinha, passado por um governador que talvez não tenha obrigado a lei vigente na época, a ser instituída nas escolas e colégios, pode hoje voltar com outro tipo de política e essa maneira é que quero conduzir.

E quanto à agressão que o Dr. Rosinha citou ontem, eu acho que quando um homem, desacatado, até ofendido de certa forma, com palavras rudes, que são provenientes do Deputado Rosinha, acostumado a desacatar um a outro, mas eu acho que comigo vai ser diferente, tentando influenciar a imprensa ontem, que teria sido ofendido por mim. Não. Eu fui apenas conversar e perguntar a razão de ele não ter aprovado o projeto. E, de certa forma também, caberia ao Dr. Rosinha o decoro parlamentar, ofendendo-me sem motivo e, de certa forma, já que ele não usa muito bem as suas calças, eu preciso até perguntar se ele está de calça hoje, para ver se ontem também ele deveria ter levantado e conversado como homem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita do Sr. Deputado que mantenha na Tribuna, a sua sempre cortesia. V.Exa. é muito gentleman e espero que V.Exa. continue assim.

O SR. CLEITON KIELSE - Mas Sr. Presidente, Srs. Deputados. Quero acreditar que, aprovado esse projeto, podemos instituir ainda no mandato do governador Roberto Requião, em todas as escolas e colégios desse Estado, mostrando que o Estado está presente, mostrando que patriotismo, civismo e idealismo patriótico podem renascer. Desta forma, agradeço aos meus pares por terem já aprovado em primeira e agora em segunda discussão e penso que aprova em terceira e discussão final. Iremos com o projeto em mãos, à mesa do governador para em 1993, acompanharmos nas escolas e nos colégios, da forma como eu tive na minha época, lembrando que a Pátria existe e que civismo deve ser pregado em todas as esferas.

Dessa forma, agradeço a todos.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, é lamentável que essa Assembléia fique ouvindo discursos sobre matérias já votadas e aprovadas pela Assembléia Legislativa do Paraná. "Data vênica" ao ilustre Deputado Kielse, o

governo é impessoal. Se foi essa lei sancionada pelo Governador José Richa e referendada pela Secretária Gilda Poli, nada impede que o Sr. Governador atual determine ao seu Secretário de Educação, Dr. Elias Abrahão, que faça cumprir a lei votada e sancionada pelo seu antecessor, José Richa.

Assim ele saía cumprindo com o seu dever constitucional e o governo continuaria sendo impessoal, porque uma lei votada no Governo José Richa tem que ser mantida nesse governo. É lamentável o que ocorreu e está ocorrendo e naturalmente o Sr. Presidente, usando dos poderes que lhe confere o Regimento Interno, poderá retirar da Ordem do Dia, este seu projeto, de vez que já foi votado, foi sancionado e não tem mais razão de ser a sua aprovação em quarta discussão.

O SR. JOSE ALVES (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, eu também dou o meu apoio ao projeto do Deputado Cleiton, porque ainda outro dia, conversando com meu garotinho de 8 anos, se nas escolas se cantaria o Hino do Paraná, o Hino da Bandeira ou o Hino Nacional, ele me dizia: "Pai, faz muito tempo que nós não cantamos mais na escola".

Então a gente lamenta, como diz o Deputado Cleiton que as crianças de hoje estão esquecendo os nossos hinos, as professoras não obrigam a cantar. Recordamos o tempo de criança quando nas escolas, no primário, todos os dias tínhamos que ficar em posição de sentido e cantávamos o nosso glorioso Hino Nacional, o Hino da Bandeira, o Hino do Paraná - e, naquela época, quando eu morava no Estado de São Paulo cantávamos o Hino Paulista. Então isto nos dá saudades. Como é que vão crescer as nossas crianças se nas escolas não cantam o Hino Nacional, não cantam o Hino Brasileiro? É claro que não só faltam nas escolas o Hino Nacional, o Hino do Paraná, o Hino da Bandeira, o Hino da Independência. Falta também o lanche, a comida, a merenda, tudo.

Deputado Cleiton, temos notado que muitas crianças que vão para as escolas se tivessem que cantar os Hinos elas não teriam coragem para isto, porque a maioria das escolas não têm merenda. As crianças vão para as escolas a fim de se alimentarem, muitos pais não têm o dinheiro para alimentá-las com um salário de miséria com que vivem hoje. Então, muitas crianças vão à escola para se alimentarem. E, lamentavelmente, como acontece em Maringá, o nosso Município, muitas crianças nem merenda escolar têm. Claro, as crianças com a barriga vazia quase que nem coragem de cantar o Hino Nacional teriam. Não teriam nem forças, muitas delas, para cantar o Hino

Nacional.

Do que precisamos, então? Precisamos levar comida à mesa das crianças, dar um melhor salário para o trabalhador e, é claro, para que eles possam cantar o Hino Nacional.

De qualquer maneira eu voto a favor do Projeto. Acho que nós devemos levar os nossos Hinos às crianças, são Hinos tão bonitos, esquecidos. E, lamentavelmente, a cada dia que passa está cada vez mais distante das escolas e dos alunos brasileiros.

Votamos com o Projeto, sim, Senhor!

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Eu fiquei aqui calculando a quantidade de papel para a impressão de uma lei dessas se eventualmente aprovada.

Seria mais inteligente, de bom senso, talvez, que essa quantidade de papel no Diário Oficial fosse para imprimir o Hino. E o Deputado Cleiton poderia transformar o seu projeto - retirá-lo - em um requerimento que seria aprovado pela Casa no sentido de fazer cumprir efetivamente o dispositivo legal - e já existe a lei da obrigatoriedade. Então, esse papel que nós vamos economizar para publicar uma mesma lei que já existe, poderiam ser impressos os Hinos e serem distribuídos nas escolas. Entendo que aí sim isto seria mais eficiente à iniciativa que iríamos tomar nesta Casa.

Então, sugiro a retirada do Projeto da Ordem do Dia, apresentado o Requerimento solicitando à Secretaria de Educação que faça cumprir uma legislação que já existe. Acredito seja esta uma medida de bom senso e que tornaria produtiva esta discussão que nós tivemos até agora. Seria, efetivamente, uma medida de inteligência.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa tem a Lei 7808 e o Projeto de Lei do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo.

A Lei 7808, Lei que manda cantar o Hino Nacional, manda cantar o Hino à Bandeira, o Hino do Estado do Paraná. E a Lei proposta pelo Deputado Cleiton já vem regulamentada. A Mesa sugere para que seja dirimida a dúvida que o Deputado Cleiton apresente uma Emenda tornando sem efeito a Lei 7808. Passando a vigorar, então, o Projeto de V.Exa.

O SR. CLEITON KIELSE CRISOSTOMO (Pela Ordem) - Pois não, Presidente.

Eu só queria lembrar ao Deputado Ernani que talvez ele não tenha escutado ontem a entrada de um requerimento de nossa autoria também, pedindo à Secretaria Estadual de Educação, a Fundepar, e ao Governo do Estado, a impressão nos cadernos dis-

tribuídos pelo Governo a todas as escolas e os colégios do Paraná com o Hino Nacional, o Hino do Paraná e ainda a sua história, como nasceu e quem criou estes Hinos. Não são nos cadernos, mas em folhas avulsas, para que talvez os alunos destas escolas e colégios possam levar para suas casas e estudar com carinho o nosso Hino.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai retirar o Projeto da Ordem do Dia, a fim de que o Deputado Cleiton possa estudar a sugestão da Presidência, no sentido de que ofereça uma Emenda, revogando a lei anterior, porque a lei de V.Exa. é mais completa.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 323/92, de autoria do Deputado Toti Colação, autoriza o Poder Executivo Estadual a isentar as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais do Estado do Paraná, de pagar as taxas mensais, relativas ao consumo de energia elétrica e água, cobradas pela SANEPAR e COPEL. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 336/92, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, autoriza o Poder Executivo a alienar, do imóvel público transcrito no registro de Imóveis da Comarca de Curitiba, 1ª Circunscrição, sob nº 15.713, do livro 3-E, a parte situada ao lado direito da rua rápida Centro/Pinheirinho através da COHAPAR, para quem provar não ser proprietário de outro imóvel em Curitiba. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 017/92, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, aprova a Prestação de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - exercício de 1991. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Tomadas de Contas. **Aprovado, artigo por artigo.**

O DR. ROSINHA - Com o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 016/92, de autoria do Deputado Renato Adur, que dá nova redação ao artigo 1º da Resolução nº 043/91. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 169 de 25.11.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 016/92

P A R E C E R:

Trata-se de projeto de resolução em que o autor corrige a resolução anterior, já que se fez menção ao favorecido. Chama-se Edu Kruger e não Eduardo Kruger, como constou.

Entendemos necessária a presente resolução, como forma de sanar a incorreção. Somos favoráveis à sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 361/92, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 120/92, fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.110.700.000,00 (dois bilhões, cento e dez milhões setecentos mil cruzeiros), ao vigente orçamento do Tribunal de Contas, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. 167 de 23.11.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 361/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem nº 120/92, do Poder Executivo, objetiva o Projeto em tela autorizar a abertura de crédito suplementar ao vigente orçamento do Tribunal de Contas do Estado, no valor de dois bilhões, cento e dez milhões e setecentos mil cruzeiros, para o atendimento a despesas de água, energia elétrica, telefonia e outros serviços prestados por terceiros.

Servirão como recursos para cobertura do crédito de que trata a matéria, aqueles provenientes de cancelamento de dotações do próprio Órgão, bem como do Departamento de Estradas de Rodagem.

Analisada sob o aspecto da constitucionalidade, nada há que obste sua normal tramitação, motivo que nos leva a opinar FAVORAVELMENTE à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 361/92

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental nº 120/92, objetiva aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.110.700.000,00 (dois bilhões, cento e dez milhões e setecentos mil cruzeiros), ao vigente orçamen-

to do Tribunal de Contas, conforme específica.

A presente proposta foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, que em seu Parecer, manifestou-se Favorável a sua aprovação.

Assim sendo, esta Comissão de Finanças, segue o mesmo entendimento da Comissão supracitada, opinando pela sua APROVAÇÃO.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.92.

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente
LOURENÇO FREGONESE - Relator

Em Votação.

O DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - O Projeto de Resolução que consta do item 11 até o item 28 da Ordem do Dia de hoje, são todos eles de crédito suplementar.

Esta Ordem do Dia que temos em mãos conseguiu chegar a nossa Bancada às 13 horas. Durante uma hora e meia, até o início desta Sessão, nem nós, Deputados e nem a nossa assessoria conseguiu analisar os Projetos. Deu para analisar um ou outro. Mas, nenhum com a devida profundidade que merece, aonde é cancelado e para onde vai esta verba. Pode haver Projetos de méritos corretos. Pode haver Projetos com os quais não concordamos ou que podem ser, inclusive, inconstitucionais.

Por esta razão, a Bancada do PT registra voto contrário, já, aos Projetos de Lei: 361, 374, 375, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391 e 393, todos de 1992, em função da impossibilidade de analisar com a devida profundidade, que merecem, devido ao exíguo tempo que esteve em nossas mãos, hoje, na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta é a primeira votação contrária que eu vejo, no atacado, nos 40 anos que estou na Assembléia.

O DR. ROSINHA - Por falta de análise. E depois, não é a primeira, não. V.Exa. já colocou vários Projetos para serem votados globalmente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu estou falando no atacado.

O DR. ROSINHA - Nós já votamos vetos, no atacado, aqui, também, com o protesto da Bancada do PT.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Apenas não querendo contrariar, na totalidade, o ilustre e eminente Parlamentar Dr. Rosinha, mas todos estes Projetos de Lei, as Mensagens que estamos apreciando, aqui, em sua primeira discussão; primeiro, todos

eles estão em regime de urgência. Já passou Requerimento pela nossa Liderança, por esta Casa.

Em segundo lugar, estes Projetos foram apreciados pela C.C.J., aonde a Bancada do Partido dos Trabalhadores se faz presente, e que teve a oportunidade de, pelo menos, acreditar na maioria, os Projetos apreciar o Relatório, discutir com os demais membros da Comissão de Constituição e Justiça.

Desta feita e desta forma, com todo o respeito ao eminente Deputado, Dr. Rosinha, não vejo razão nenhuma para qualquer colocação em contrário, alegando que é de total desconhecimento da Bancada do PT, visto que está representado o PT na C.C.J. e lá todos tiveram o direito de participar, de pedir vistas, de questionar, inclusive, estas Mensagens que estamos apresentando.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vamos à votação.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar) - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O nosso voto contrário tem um motivo já explicitado pelo Dr. Rosinha.

O Deputado Toti Colaço, que faz parte da Comissão de Justiça, como eu fui até pouco dias, sabe que na Comissão de Justiça apenas 15 Parlamentares fazem parte. Não estamos, aqui, questionando nenhum Parecer da Comissão de Justiça aos Projetos, da mesma forma que passa na Comissão de Justiça, o Deputado pega o Projeto, faz o seu relato, apresenta o seu parecer e nenhum Deputado naquele momento examina a profundidade do Projeto. E se vota na Comissão de Constituição e Justiça a Constitucionalidade do Projeto, isso é público e notório e todos nós sabemos.

Aqui no Plenário nós vamos votar, não vamos votar apenas a Constitucionalidade do Projeto, nós vamos votar o mérito dos projetos. E nesse caso quando se vai mexer em recursos públicos, em dinheiro público do Estado, que vai se transferir de um lugar para o outro, nós temos que analisar Deputado Toti, não só a Constitucionalidade dos Projetos. E a análise do mérito não se faz na Comissão de Constituição e Justiça.

O nosso voto contrário não se dá em função de ser contra os Projetos, se dá em protesto a Mesa Sr. Presidente, porque nós temos cobrado aqui há muito tempo o cumprimento do Regimento Interno que obriga a Mesa a publicar os projetos com três dias de antecedência. Ve que forma nos podemos pegar uma pauta desse porte com vinte e oito projetos e em uma hora antes da Sessão analisar os projetos. Isso para mim é uma irresponsabilidade, da Mesa e é uma

forma de fazer passar aqui no plenário aquilo que nós sempre temos questionado, de levar com a barriga, aprovar os projetos sem que muitas vezes os Deputados saibam o que estão fazendo. Não estamos chamando os Deputados de incompetentes, mas ninguém teve condição de numa hora e meia, analisar esses projetos, apesar de terem passado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Então nosso voto como já disse é em forma de protesto, nós inclusive apresentamos à Mesa um Requerimento aqui com uma assinatura de dezenas de parlamentares solicitando da Mesa que publiquem os Projetos. Não há nenhuma razão para que se vote vinte e oito projetos aqui num dia, num atropelo, sem se saber o que está votando. A Mesa tem condição, se não faz, tem condição de tomar providências, de publicar os projetos três dias com antecedência na pauta como está no Regimento Interno. Então o nosso voto como disse o Deputado Rosinha, tem votos-projetos que nós poderíamos, que não teríamos nada a questionar, mas a forma como está sendo colocada e tratado pela Mesa a questão da Ordem do Dia, nós protestamos e o nosso voto nesse sentido é em protesto por essa forma de condição que a Mesa vem fazendo na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com os votos contrários da Bancada do PT.

1ª Discussão - Projeto de Lei nº 361/92. Senhores Deputados que aprovam.

Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 374/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 102/92, fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 271.000.000,00 (duzentos e setenta e um milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. Com os votos contrários do PT. (Publ. no D.A. nº 168 de 24.11.92 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Protocolo nº 9155/92

Projeto de Lei nº 374/92

Súmula: Aprova crédito suplementar à Secretaria de Estado da Administração.

Autor: Mensagem nº 102/92 do Poder Executivo.

P A R E C E R:

Propõe o Poder Executivo, em Mensagem, que se aprove a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 271.000.000,00 (du-

zentos e setenta e hum milhões de cruzeiros) ao orçamento da Secretaria de Estado da Administração, para atender despesas na aquisição de equipamentos de informática para o Departamento Estadual de Administração - DEAM.

Os recursos são extraídos da própria Secretaria, que cancela outras dotações.

Somos favoráveis, recomendando sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 374/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 102/92, o Projeto de Lei, objetiva aprovar abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 271.000.000,00 (duzentos e setenta e um milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração.

É certo que o Projeto de Lei em tela cita a fonte de recursos deste suplemento.

A vista da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis, a proposta recebeu parecer favorável, quanto a sua legalidade.

Chamada a opinar, essa Comissão de Finanças entende serem corretas as reivindicações e emite parecer favorável à continuidade de tramitação da matéria.

Sala das Comissões, em 03.12.92

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 375/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 103/92, fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.229.216.000,00 (um bilhão, duzentos e vinte e nove milhões, duzentos e dezesseis mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. Com os votos contrários do PT. (Publ. no D.A. nº 168 de 24.11.92 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 375/92

Autor: Poder Executivo

Veio a esta Assembléia a Mensagem Governamental sob nº 103/92, que objetiva a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.229.216.000,00 (um bilhão, duzentos e vinte e nove milhões, duzentos e dezesseis mil cruzeiros), ao orçamento da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação

Social.

Os recursos para a cobertura de crédito decorrem de cancelamento de dotação da própria Secretaria e altera o orçamento próprio da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, para atender despesas com serviços de terceiros.

Inexiste óbice de natureza legal, constitucional ou regimental à sua normal tramitação.

Somos de parecer favorável ao encaminhamento deste ao Plenário.

E o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 375/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 103/92, o Projeto de Lei em tela objetiva a aprovação de um crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.229.216.000,00 (um bilhão, duzentos e vinte e nove milhões, duzentos e dezesseis mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, conforme especifica.

É certo que o Projeto de Lei em análise cita a fonte de recursos deste suplemento.

A vista da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis, a proposta recebeu parecer favorável quanto a sua legalidade.

Chamada a opinar, essa Comissão de Finanças entende serem corretas as reivindicações e emite parecer favorável à continuidade de tramitação da matéria.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.92

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 377/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 105/92, fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 269.662.000,00 (duzentos e sessenta e nove milhões, seiscentos e sessenta e dois mil cruzeiros), aos vigentes orçamentos próprios da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, da Fundação Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho, da Fundação Faculdade de Artes do Paraná, aprovados pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. Com votos contrários do PT. (Publ. no D.A. nº 168 de 24.11.92 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 377/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem nº 105/92 do Poder Executivo, o presente Plano de Lei, visa aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 269.662.000,00 (duzentos e sessenta e nove milhões, seiscentos e sessenta e dois mil cruzeiros), aos vigentes orçamentos próprios da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, da Fundação Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho, da Fundação Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro, e da Fundação Faculdade de Artes do Paraná, aprovados pela Lei Estadual nº 9.883/91, e se destina a atender despesas com custeio das referidas Instituições de Ensino Superior.

No âmbito desta douta Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão é favorável ao presente Projeto de Lei, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 377/92

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental nº 105/92, tem como objetivo aprovar a abertura de um crédito suplementar no valor de Cr\$ 269.662.000,00 (duzentos e sessenta e nove milhões, seiscentos e sessenta e dois mil cruzeiros), aos vigentes orçamentos próprios da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, da Fundação Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho, da Fundação Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro, e da Fundação Faculdade de Artes do Paraná.

A presente proposta foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, que em seu parecer, manifestou-se favorável à sua aprovação.

Assim sendo, esta Comissão de Finanças, segue o mesmo entendimento da Comissão supracitada, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.92

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

PAULO MAIA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 378/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 106/92, fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 13.706.000,00 (treze milhões, setecentos e seis mil cruzeiros) ao vigente orçamento próprio da Fundação Faculdade Estadual de

Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. Com votos contrários do PT. (Publ. no D.A. nº 168 de 24.11.92 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 378/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem nº 106/92, o Projeto em tela objetiva abrir crédito suplementar ao orçamento da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, no valor de Cr\$ 13.706.000,00 (treze milhões, setecentos e seis mil cruzeiros), visando atender despesas com custeio e aquisição de material permanente necessárias para a manutenção da entidade.

É procedido também a um acréscimo da receita no código 1990.05.00 - saldo de exercícios anteriores - fonte 40, no exato valor da suplementação solicitada.

Analisando-se a constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e regimentalidade, nada encontramos que possa obstar sua normal tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 378/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 106/92, o presente Projeto de Lei, objetiva aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 13.706.000,00 (treze milhões, setecentos e seis mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória.

É certo que o Projeto de Lei em análise cita a fonte de recursos deste suplemento.

A vista da Comissão de Constituição e Justiça, a proposta recebeu parecer favorável, quanto a sua legalidade.

Chamada a opinar, essa Comissão de Finanças entende serem corretas as reivindicações e emite parecer favorável à continuidade da tramitação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.92

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 379/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 107/92, fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 807.240.000,00 (oitocentos e sete milhões,

duzentos e quarenta mil cruzeiros), aos vigentes orçamentos das Secretarias de Estado da Administração, do Desenvolvimento Urbano, aprovados pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, e da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, aprovado pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho de 1992. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. Com os votos contrários do PT. (Publ. no D.A. nº 168 de 24.11.92 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 379/92
Autor: Poder Executivo

P A R E C E R:

O Poder Executivo apresenta Mensagem de nº 107/92, que visa aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 807.240.000,00 (oitocentos e sete milhões, duzentos e quarenta mil cruzeiros), aos vigentes orçamentos das Secretarias de Estado da Administração, do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente.

Procedida a análise da matéria, o presente Projeto preenche todos os requisitos constitucionais, legais e regimentais, motivo pelo qual opinamos pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.92
(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
EMILIA BELINATI - Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 379/92

P A R E C E R:

Oriundo de Mensagem Governamental nº 107/92, o presente plano de lei objetiva a aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 807.240.000,00 (oitocentos e sete milhões, duzentos e quarenta mil cruzeiros), aos vigentes orçamentos das Secretarias de Estado da Administração, do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente.

Encontra-se a iniciativa de acordo com os dispositivos legais, regimentais e constitucionais relativos à matéria orçamentária.

Inexistindo óbice de qualquer natureza, esta Comissão é de parecer favorável à aprovação do presente plano de lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.92
(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
PAULO MAIA - Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 380/92, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 108/92, fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 26.302.032.000,00 (vinte e seis bilhões, trezentos e dois milhões e trinta e dois

mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado-Recursos sob Supervisão da SEPL, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Public. no D.A. nº 168 de 24.11.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 380/92

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, enviado a esta colenda Casa de Leis através de Ofício nº 108/92 em data de 12 de novembro de 1992, tem por finalidade, o supracitado Projeto de Lei, a aprovação da abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 26.302.032.000,00 (vinte e seis bilhões, trezentos e dois milhões e trinta e dois mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado.

Essa douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando a presente Mensagem Governamental, não encontrou nenhum óbice de caráter legal, regimental ou constitucional.

Deste modo, opinamos favoravelmente à tramitação do Projeto de Lei nesta Assembléia Legislativa.

E o parecer.

Sala das Sessões, em 01.12.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 380/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 108/92, o presente Plano de Lei objetiva aprovar a abertura de um crédito suplementar no valor de Cr\$ 26.302.032.000,00 (vinte e seis bilhões, trezentos e dois milhões e trinta e dois mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado.

A presente matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça, no tocante ao aspecto legal, constitucional e regimental, recebendo desta Parecer Favorável.

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão opinar, conforme lhe preceitua o § 3º do art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se pelo Parecer FAVORÁVEL, igualmente, opinando pela Aprovação do presente Projeto de Lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

Em Votação.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós já ha-

víamos registrado na Comissão de Constituição e Justiça o voto contrário nosso naquela oportunidade e também da Deputada Emília, por questão apenas de cancelamento que se faz nesse momento a suplementação que se pretende com verbas destinadas a Secretaria do Estado e da Educação à Superintendência de Educação, a Administração dos Núcleos Regionais de Educação, Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Educação pré-escolar para suplementação da administração geral do Estado.

Por isso nesse projeto nós registramos os votos contrários da Deputada Emília Belinati e também meu em nome da Bancada do PDT, visto o cancelamento dessas rubricas que ao nosso ver são de fundamental importância.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto. Srs. Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

Com os votos contrários do PT.

O SR. PAULO MAIA - Também do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 1ª Discussão do Proj. de Lei 380/92. **Aprova-**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 381/92, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 109/92, fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.300.000.000,00 (dois bilhões e trezentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. Com voto contrário do PT. (Public. no D.A. nº 168 de 24.11.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 381/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem nº 109/92, o projeto em tela objetiva abrir crédito suplementar ao orçamento da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, no valor de Cr\$ 2.300.000.000,00 (dois bilhões e trezentos milhões de cruzeiros), visando atender a despesas com processamento de dados.

Para cobertura do crédito referido, é cancelada dotação da própria entidade.

Analisando-se a constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e regimentalidade, nada encontramos que possa obstar sua normal tramitação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 30.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 381/92

P A R E C E R:

Oriundo de Mensagem Governamental nº 109/92, o presente plano de lei objetiva a aprovação de crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.300.000.000,00 (dois bilhões e trezentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR.

Encontra-se a iniciativa de acordo com os dispositivos legais, regimentais e constitucionais relativos à matéria orçamentária.

Inexistindo pois óbices de qualquer natureza, esta Comissão é de parecer FAVORÁVEL à APROVAÇÃO do presente plano de lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 382/92, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 110/92, fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 425.000.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento do Tribunal de Alçada, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. Com voto contrário do PT. (Public. no D.A. nº 168 de 24.11.92 Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 382/92

P A R E C E R:

Oriundo do Poder Executivo Estadual, o Projeto de Lei nº 382/92, encaminhado através da Mensagem 110/92, solicita a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 425.000.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná.

Ao analisar o conteúdo legal, verificamos não haver obstáculos quanto a tramitação normal do plano de lei em tela, nesta Comissão.

Neste sentido, o nosso parecer é favorável pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 01.12.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 382/92

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental nº 110/92, tem como objetivo aprovar a abertura de um crédito suplementar no valor de

CR\$ 425.000.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento do Tribunal de Alçada.

A presente proposta foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, que em seu parecer, manifestou-se favorável a sua aprovação.

Assim sendo, esta Comissão de Finanças, segue o mesmo entendimento da Comissão supracitada, opinando pela sua Aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
PAULO MAIA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 384/92, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 127/92, fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. Com votos contrários do PT. (Public. no D.A. nº 169 de 25.11.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 384/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem nº 127/92, o projeto em tela objetiva abrir crédito suplementar ao orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano no valor de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros), visando atender à programação de obras do Programa Estadual de Saneamento Ambiental.

E procedida também uma conversão de recursos da fonte 20 - Operação de Crédito Interna - Vinculada, para a fonte 02 - Conta Parte do Fundo de Exportação, assim como a devida alteração no Demonstrativo da Receita de Recolhimento Centralizado.

Para cobertura do crédito referido, é cancelada dotação da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.

Analisando-se a constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e regimentalidade, nada encontramos que possa obstar sua normal tramitação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 384/92

P A R E C E R:

Oriundo de Mensagem Governamental nº 127/92, o presente plano de lei objetiva a aprovação de um crédito suplementar no valor de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões

de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano.

Encontra-se a iniciativa de acordo com os dispositivos legais, regimentais e constitucionais relativos à matéria orçamentária.

Inexistindo pois óbice de qualquer natureza, esta Comissão é de parecer FAVORÁVEL à APROVAÇÃO do presente plano de lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
ALCEU SWAROWSKI - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 385/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 125/92, fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Universidade do Oeste do Paraná - UNIOESTE, aprovado pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Em REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. Com votos contrários do PT. (Publ. no D.A. nº 169, de 25.11.92 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

LCM/AL/3312/92

Protocolo nº 9226/92

Projeto de Lei nº 385/92

Súmula: Aprova Crédito Suplementar para UNIOESTE.

Autor: Mensagem 125/92 do Poder Executivo.

P A R E C E R:

Encaminha a esta Casa o Poder Executivo, mensagem propondo suplementar o orçamento da Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, no valor de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros). Os recursos são provenientes da própria entidade, que cancela dotação de igual valor.

Somos favoráveis à sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 385/92

P A R E C E R:

Oriundo de Mensagem Governamental nº 125/92, o presente plano de lei objetiva aprovação de crédito suplementar no valor de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

Encontra-se a iniciativa de acordo com

os dispositivos legais, regimentais e constitucionais relativos à matéria orçamentária.

Inexistindo pois óbice de qualquer natureza, esta Comissão é de parecer favorável à aprovação do presente plano de lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 386/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 124/92, fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 123.356.000,00 (cento e vinte e três milhões, trezentos e cinquenta e seis mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, aprovado pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Em REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. Com votos contrários do PT. (Publ. no D.A. nº 169, de 25.04.92 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 386/92

P A R E C E R:

Oriundo do Poder Executivo, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, proveniente da Mensagem Governamental nº 124/92, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 123.356.000,00 (cento e vinte e três milhões, trezentos e cinquenta e seis mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, aprovado pela Lei Estadual nº 9883, de 26/12/91, visando atender despesas com pagamento do PASEP.

Do ponto de vista legal e constitucional, nada há que obste a tramitação do presente.

Nestas condições, opinamos favoravelmente a tramitação e posterior aprovação do projeto.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 386/92

P A R E C E R:

Oriundo de Mensagem Governamental nº 124/92, o presente plano de lei objetiva a aprovação de crédito suplementar no valor de Cr\$ 123.356.000,00 (cento e vinte e três milhões, trezentos e cinquenta e seis mil cruzeiros) ao vigente orçamento próprio da Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM,

aprovado pela Lei Estadual nº 9883, de 26.12.91, visando atender despesas com pagamento do PASEP.

Encontra-se a iniciativa de acordo com os dispositivos legais, regimentais e constitucionais relativos à matéria orçamentária.

Inexistindo pois óbice de qualquer natureza, esta Comissão é de parecer favorável à aprovação do presente plano de lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
ALCEU SWAROWSKI - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 387/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 123/92, fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 6.680.640.000,00 (seis bilhões, seiscentos e oitenta milhões, seiscentos e quarenta mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, aprovado pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Em REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. Com votos contrários do PT. (Publ. no D.A. nº 169, de 25.11.92 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 387/92

AUTOR: PODER EXECUTIVO

P A R E C E R:

O Poder Executivo apresenta Mensagem de nº 123/92, que visa aprovar Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 6.680.640.000,00 (seis bilhões, seiscentos e oitenta milhões, seiscentos e quarenta mil cruzeiros) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Procedida à análise da matéria, o presente projeto preenche todos os requisitos constitucionais, legais e regimentais, motivo pelo qual opinamos pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
EMILIA BELINATI - Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 387/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 123/92, tem por objetivo aprovar a abertura de um crédito suplementar no valor de Cr\$ 6.680.640.000,00 (seis bilhões, seiscentos e oitenta milhões, seiscentos e quarenta mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

A medida proposta já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e

Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que impeça a normal tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 388/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 122/92, fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 8.266.800.000,00 (oito bilhões, duzentos e sessenta e seis milhões e oitocentos mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, aprovado pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Em REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. Com votos contrários do PT.** (Publ. no D.A. nº 169, de 25.11.92 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 388/92

P A R E C E R:

Oriundo do Poder Executivo, chega a esta Comissão projeto de lei em epígrafe, proveniente da Mensagem Governamental nº 122/92, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 8.266.800.000,00 (oito bilhões, duzentos e sessenta e seis milhões e oitocentos mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, conforme específica.

Do ponto de vista legal e constitucional nada há que obste a tramitação do presente.

Nestas condições, opinamos favoravelmente a tramitação e posterior aprovação do projeto.

E o parecer!

Sala das Comissões, em 01.12.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
PLAUTO MIRO GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 388/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 24/92, o presente plano de lei objetiva aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 8.266.800.000,00 (oito bilhões, duzentos e sessenta e seis milhões e oitocentos mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, conforme específica.

Encontra-se a iniciativa de acordo com os dispositivos legais, regimentais e constitucionais relativos à matéria orçamentária.

Inexistindo pois, óbices de qualquer natureza, esta Comissão é de parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 389/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 121/92, fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 386.707.000,00 (trezentos e oitenta e seis milhões, setecentos e sete mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. Com votos contrários do PT.** (Publ. no D.A. nº 169 de 25.11.92 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 389/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 389/92, originado da Mensagem 121/92, oriunda do Poder Executivo, aprova abertura de crédito suplementar de trezentos e oitenta e seis milhões, setecentos e sete mil cruzeiros ao orçamento vigente da Secretaria de Justiça.

Nos termos estritos da competência desta Comissão, não encontramos óbices à sua normal tramitação nesta Assembléia Legislativa.

S.m.j., é o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 389/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 121/92, o presente plano de lei objetiva aprovação de um crédito suplementar no valor de Cr\$ 386.707.000,00 (trezentos e oitenta e seis milhões, setecentos e sete mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.

Encontra-se a iniciativa de acordo com os dispositivos legais, regimentais e constitucionais relativos à matéria orçamentária.

Inexistindo pois óbice de qualquer natureza, esta Comissão é de parecer favorável à aprovação do presente plano de lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.92

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
ALCEU SWAROWSKI - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 390/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 131/92, fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 583.785.000,00 (quinhentos e oitenta e três milhões, setecentos e oitenta e cinco mil cruzeiros), ao vigente orçamento do Ministério Público, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. Com votos contrários do PT. (Publ. no D.A. nº 169 de 25.11.92 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 390/92

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, enviado a esta colenda Casa de Leis através de ofício nº 131/92 em data de 23 de novembro de 1992, tem por finalidade, o supramencionado projeto de lei, a aprovação da abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 583.785.000,00 (quinhentos e oitenta e três milhões, setecentos e oitenta e cinco mil cruzeiros), ao vigente orçamento do Ministério Público.

Essa douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando a presente Mensagem Governamental, não encontrou nenhum óbice de caráter legal, regimental e constitucional.

Deste modo, opinamos favoravelmente, à tramitação do projeto de lei nesta Assembleia Legislativa.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.92.
(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 390/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 131/92, o presente plano de lei objetiva aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 583.785.000,00 (quinhentos e oitenta e três milhões, setecentos e oitenta e cinco mil cruzeiros), ao vigente orçamento do Ministério Público.

A presente matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça, no tocante ao aspecto legal, constitucional e regimental, recebendo desta parecer favorável.

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão opinar, conforme lhe preceitua o § 3º, do art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se pelo parecer favorável, igualmente, opinando pela aprovação do presente projeto de lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.92
(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 391/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 130/92, fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. Com votos contrários do PT. (Publ. no D.A. nº 169 de 25.11.92 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 391/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem nº 130/92 do Poder Executivo, o presente Plano de Lei, visa aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - SEPL, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883/91, e se destina a Programações Especiais, Regionais e Multisetoriais - Royalties - Investimentos nas Áreas Econômica e Social, recursos cancelados da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, programação a cargo do IAP.

No âmbito desta douta Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão é favorável ao presente projeto de lei, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 01.12.92
(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 391/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 130/92, que objetiva aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado recursos sob Supervisão da SEPL, conforme especifica.

A medida proposta recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que impeça a normal tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.92
(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 393/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 128/92, fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ Cr\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio do Departamento Estadual de Transporte Oficial - DETO, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. Com votos contrários do PT.** (Publ. no D.A. nº 169 de 25.11.92 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 393/92

MENSAGEM Nº 128/92

Autor: Poder Executivo Estadual

P A R E C E R:

Oriundo do Poder Executivo Estadual, o Projeto de Lei nº 393/92, encaminhado através da Mensagem nº 128/92, propõe abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio do Departamento Estadual de Transportes Oficial - DETO.

Ao analisar o conteúdo legal da matéria em tela, verificamos não haver obstáculos, quanto a sua normal tramitação nesta Comissão.

Neste sentido, o nosso parecer é favorável pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 01.12.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 393/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 128/92, o presente plano de lei objetiva aprovação da abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento próprio do Departamento Estadual de Transporte Oficial - DETO.

Encontra-se a iniciativa de acordo com os dispositivos legais, regimentais e constitucionais relativos à matéria orçamentária.

Inexistindo pois óbice de qualquer natureza, esta Comissão é de parecer favorável à aprovação do presente plano de lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.92

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

PAULO MAIA - Relator

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Nós queremos anunciar no comitê da imprensa a presença do Jornalista Ricardo Kotscho, que nesta sexta-feira, dia 14, às 20 horas no auditório da Casa dos Jornalistas fará uma

palestra onde debaterá o papel do jornalista da imprensa no processo de impedimento ao Presidente Collor. Ricardo Kotscho é repórter especial do Jornal do Brasil e se encontra aqui no comitê de imprensa da Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registramos com satisfação a presença do ilustre jornalista Ricardo Kotscho.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaríamos de neste momento cumprimentar V.Exa. por ter determinado a inclusão na Ordem do Dia de todas essas Mensagens de crédito suplementar, e dizer que não concordamos com a posição adotada pelo PT e não tem realmente fundamentação o alegado pelos Deputados, de falta de conhecimento da matéria, porque, basicamente, todas essas Mensagens que aqui foram votadas hoje, a maioria delas - 60%, chegaram à Assembléia no dia 13 de novembro. Portanto estão tramitando nesta Casa há 20 dias. E também a agilidade com que a Presidência desta Casa e a CCJ e a Comissão de Finanças trabalharam durante esta semana, vem ao encontro desta agilidade, a todas aquelas argumentações por nós apresentadas através do Presidente da Comissão de Orçamento - Nelson Justus, através do Deputado Heinz Herwig Relator da Comissão de Orçamento, das Lideranças quando participávamos de reuniões na Comissão de Orçamento e que cobrávamos a participação da Assembléia Legislativa no encaminhamento das necessidades de crédito suplementar e em todas as ocasiões foi assegurado a agilidade na tramitação dos seus projetos.

Então nós estamos vendo hoje a votação de projetos que normalmente, em outras ocasiões, já poderíamos ter votado com uma semana como estamos votando alguns que chegaram no dia 24, mas nós estamos votando também projetos que chegaram há 20 dias. Então em nome desta agilidade que todos nós sempre apregoamos quando estamos discutindo o orçamento e a necessidade do Poder Executivo enviar a esta Casa os pedidos de suplementações, é que nós entendemos que o procedimento da Mesa - da Comissão de Justiça e de Finanças em trabalhar rapidamente e incluir na Ordem do Dia essas matérias, tem que ser por nós enaltecidos.

E até por uma segunda razão, todos nós sabemos que o Orçamento do Estado, os compromissos orçamentários do Estado e por conseguinte de todos os órgãos estaduais têm que ser ajustados antes do dia 31 para que dê tempo de se elaborar todos os documentos necessários para o fechamento do balancete.

Então é necessário, Senhor Presidente,

que venhamos a dar, inclusive as outras Mensagens que estamos dando hoje, para que possamos votá-las na segunda-feira e na quarta-feira da semana que vem, para que possam ser sancionadas pelo Governador, publicadas em Diário Oficial, serem baixados os decretos necessários à implementação desses recursos, para que as Secretarias possam efetuar os pagamentos e possam, posteriormente fechar os seus balanços. Para tudo isso precisa-se de tempo. Quando é no meio do ano fica para o mês seguinte, quando é o último mês do ano tem que ser resolvido naquele mês!

Daí a necessidade da agilidade, daí os nossos cumprimentos àqueles que estão lutando e defendendo a presteza neste assunto de suplementações.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, quero fazer um esclarecimento. Nosso protesto foi de que a Ordem do Dia foi entregue a uma e meia da tarde. Eu, por exemplo, estava na Comissão de Constituição e Justiça, tive acesso a Ordem do Dia somente no momento da sua votação. O que nós estamos pedindo, que é um direito de todo Parlamentar, aliás é uma questão de responsabilidade, de zelo com as nossas atividades, é que a Ordem do Dia seja distribuída com a devida antecedência.

A maioria desses projetos que nós estamos nos colocando contrários, é uma forma de protesto contra o excesso de rapidez. Eu considero os trabalhos, aqui na Assembléia, como um automóvel numa rodovia. Se for muito lentamente atrapalha o tráfego e é capaz de ser atropelado por um caminhão; se for muito rápido passa direto pelas curvas. O que nós estamos pedindo e aí fizemos uma solicitação a Mesa é que a Ordem do Dia nos fosse entregue às 9 horas da manhã. Então das 9 ao meio-dia todas as Ordens do Dia nas nossas mãos teremos condições de ver todos os projetos da pauta, ler todas as páginas, analisar. A maioria desses projetos tiveram voto favorável na Comissão de Justiça, mas não nos foi dado sequer o direito de ler a Ordem do Dia! Por uma questão de tempo. Então esse é o nosso protesto, nós entendemos que cabe aos Parlamentares terem esses projetos com antecedência.

E, eu lembro a V.Exa. Sr. Presidente, uma certa ocasião que nós fizemos um acordo com a Mesa de que todos os projetos, assim que dessem entrada na Casa fossem entregues às lideranças. Com isso a gente teria condições de, antes dos projetos irem para as Comissões, tomar uma posição. O que nós apenas estamos aqui exigindo é que a gente tenha condições de fazer o nosso trabalho com responsabilidade, com zelo e com o tempo necessário.

Por isso o nosso voto contrário. É um protesto contra esta falta de condições para um trabalho eficiente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Acho que houve um atraso da publicação da Ordem do Dia de hoje em consequência de que a gráfica está trabalhando 24 horas por dia, para publicar o impeachment. Mas eu prometo a V.Exa. que este fato não mais se repetirá.

Vamos também determinar que seja encaminhada cópia do projeto de V.Exa..

Sobre a mesa, requerimento nº 1975, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1981, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1976, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1984, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1990 de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1991, de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1977, de autoria do Sr. Deputado João Iensen, constante do expediente. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1978, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1982, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1985, de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. - **Aprovado.**

A Mesa designa os Srs. Deputados Ernani Pudell, Luiz Henrique Bona Turra, o próprio autor do requerimento, - a Comissão será constituída de cinco membros a fim de que possa contornar, e os dois Deputados do Oeste, vizinhos aos países do Mercosul, os Deputados Elio Rusch e o Deputado Duílio Genari.

Está constituída a Comissão. **Aprovada a Comissão, designados os membros, a mesma será coordenada pelo autor do requerimento, Deputado Mário Bezerra.**

Requerimento nº 1986, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente.- **Em discussão.**

O SR. ERNANI PUDELL (**Pela Ordem**) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 1988, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1987, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1989, de autoria dos Senhores Deputados Oswaldo Trevisan, Costenaro Neto, Duílio Genari e demais Senhores Deputados, constante do expediente.**Em discussão.**

O SR. ERNANI PUDELL (**Pela Ordem**) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 1992, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1964, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente de sessão anterior.- **Aprovado.**

O SR. PAULO MAIA - Pela ordem, Senhor Presidente.

Gostaria de registrar neste momento a presença do Vereador Pedro Marcelino, do Município de Lunardelli e também hoje tivemos a grata satisfação de ter a presença da Vereadora eleita do Município de Santa Helena nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 565/91.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 125/92.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 246/92.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 534/91, 208/92, 280/92, 291/92, 292/92, 337/92, 345/92, 353/92, 364/92, 365/92, 369/92 e 370/92.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTONIO ANNIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 1992.

"Morre um grande Juiz"

Jornalista Dr. Roberto Barrozo Filho.

Faleceu no dia 20 deste mês de novembro, uma das figuras mais ilustres, admiradas e polemizadas da Justiça paranaense: o magistrado dr. Lauro Fabrício de Mello Pinto.

Desempenhou ele várias funções no Poder Judiciário. De Promotor Público a Juiz de Direito, foi sempre o homem culto e educado, de fala mansa mas enérgica, cujas afirmações nunca deixavam em dúvida os seus interlocutores.

Quando não existia ainda a Justiça Eleitoral, corporificava ele, na sua jurisdição, as garantias constitucionais dos candidatos de oposição e dos seus eleitores.

Não conheceu a covardia, nem como cidadão, nem como Juiz.

Na sua época, os governos realizavam eleições contando com a ação dos delegados de polícia, a serviço do partido oficial. Nos municípios onde o dr. Lauro Fabrício era Juiz, isto não acontecia e, não poucas vezes, pôs os delegados em fuga, tal era a força da sua autoridade local.

Lembro-me, jovem ainda, da admiração que meu pai, jornalista e político, sempre na oposição, dedicava ao ínclito Juiz, manifestando tranqüilidade no processo eleitoral das Comarcas em que ele atuava.

Uma das suas permanências maiores e mais famosas foi a de Guaratuba. Os limites do Município constituíam, na sua época, um território onde a Lei era cumprida e a Justiça respeitada, como instância única das decisões corajosas, quase sempre contrariando o despotismo presidencialista dos nossos governos.

Assumindo a entrância especial, foi, como Juiz em Curitiba, o mesmo magistrado austero e independente que não se subjugava ao mando do Poder, e proferia os seus julgamentos com intrepidez, fundamentando-os com os recursos da sua brilhante e sólida cultura jurídica.

Quando ingressou na nossa suprema corte, como desembargador, foi recebido pelos seus pares com o profundo respeito que a

sua dignidade pessoal e funcional inspiravam.

O pronunciamento dos seus votos, aguardados com curiosa expectativa, traziam sempre as marcas da independência, alicerçada no exame da matéria e na aplicação dos seus vastos conhecimentos jurídicos. E, se estava em jogo o interesse do Poder contra o direito individual de quem quer que fosse, nada havia que fizesse ser esse direito postergado, mas, ao contrário, saía fortalecido pelo reforço que recebia da pena do magistrado.

Ocupou, com competência e não menor brilho, o mesmo cargo que meu pai ocupara no Governo de Bento Munhoz da Rocha Neto: a Secretaria do Interior e Justiça.

A figura de Lauro Fabrício de Mello Pinto merece as homenagens do Paraná e do seu povo, porque ele encarnou as virtudes cívicas, o valor moral, e a formação cultural do verdadeiro varão paranaense.

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LOURENÇO FREGONESE, EM SESSÃO DO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 1992.

"ABSURDO!?"

Comentário assinado pelo empresário Mauro Fegonese, no Jornal Industria & Comércio.

O xenófilo Osires Stenguel Guimarães, continua mostrando que detesta os paranaenses, só se interessa pelos mesmos quando necessita de apoio político para seus cargos, fora isto, se pudesse esquecer o Paraná, o faria de bom grado.

Agora quer propiciar o monopólio nos vales-refeição na Rede Ferroviária, fazendo uma licitação única para todo o Brasil, beneficiando assim somente quatro empresas das mais de 80 existentes, isolando as empresas regionais, o que é no mínimo estranho, pois somando os Estados, chegaremos ao volume de mais de 600 bilhões de cruzeiros por ano. Acho que é muito para uma só empresa, ou não?

Considerando que o Sr. Osires jamais foi empresário, não sabe o quanto é difícil ocupar espaço, pois em toda a sua vida ocupou cargos públicos, nunca foi, sempre esteve, vive confortavelmente no assistencialismo estatal e pior, não tem respeito pelos empresários do "seu" Estado.

O Sr. Osires, pelo bem do Paraná, peça demissão, a sua visão é ultrapassada, monopolista, antiga. Dê espaço aos que realmente acreditam na concorrência, na livre iniciativa e no País.

Enquanto o mundo municipaliza, regionaliza para atender melhor, o sr. quer centralizar. Por favor Sr. Osires, nos poupe de mais esta.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 3.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se ordinariamente na sala de reunião das Comissões, a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a Presidência do Senhor Deputado Toti Colaço. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 272/92, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Relator Deputado Edson da Silva Lino. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Solange Mann, Secretária da Comissão.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente
Solange Mann - Secretária

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 10.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se ordinariamente na sala de reunião das Comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Garcia, Dirceu Manfrinato, João Iensen e Alceu Swarowski. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 263/92, de autoria do Tribunal de Contas do Estado - Ofício nº 1617/92, Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 592/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 145/92. O Senhor Presidente informa que avocou este Projeto, solicitando ao Deputado Alceu Swarowski, que faça a leitura do Parecer. Procedida a leitura. Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE AGRICULTURA
INDÚSTRIA E COMÉRCIO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 12ª LEGISLATURA
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 19 (dezenove) dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Agricultura Indústria e Comércio, sob a Presidência do Deputado Severino Felix. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, constando da Ordem do Dia o relato do Projeto de Lei nº 281/92. Na sequência o Senhor Presidente solicitou ao Deputado Antonio Costenaro que apresente o seu Parecer. Projeto de Lei nº 281/92. Parecer FAVORÁVEL a sua aprovação. Colocado em discussão e posterior votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Rubens Bremer, Secretário da Comissão.

Sala das Comissões, em 19.11.92.

DEPUTADO SEVERINO FELIX

Presidente

RUBENS BREMER

Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 19ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões desta Assembléia Legislativa, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Arlindo Troian, Paulo Maia, Ernani Pudell, Oswaldo Trevisan, Colombino Grassano, Mário Bezerra, Emilia Belinati e Hermas Brandão. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente sessão, aprovando a ata de sessão anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passou-se, então, à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 355/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 2) Projeto de Lei nº 359/92 do Poder Executivo. Parecer favorável do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 3) Projeto de Lei nº 360/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mário Bezerra - APROVADO; 4) Projeto de Lei nº 362/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 5) Projeto de Lei nº 357/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ernani Pudell - APROVADO; 6) Projeto de Lei nº 345/92 de autoria do Depu-

tado Nilton Barbosa. Concedido vistas ao Deputado Colombino Grassano; 7) Projeto de Lei nº 361/92 do Poder Executivo. Concedido vistas ao Deputado Ernani Pudell; 8) Projeto de Lei nº 358/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 9) Projeto de Lei nº 230/92, de autoria do Deputado João Iensen. A Deputada Relatora, Emilia Belinati, requer diligência - DEFERIDO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente sessão.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

ANA LUCIA ANDRETTA

Secretaria

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões desta Assembléia Legislativa, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Luiz Carlos Martins, Paulo Maia, Nilton Barbosa, Colombino Grassano, Mário Bezerra, Plauto Guimarães, Emilia Belinati, Toti Colaço, Arlindo Troian, Alceu Swarowski, Nelson Justus, Oswaldo Trevisan, Ernani Pudell e Antônio Costenaro Neto. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta esta sessão, aprovando a ata da sessão anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 349/92 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. O Deputado Relator, Mário Bezerra requer diligência - DEFERIDO; 2) Projeto de Lei nº 375/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 3) Projeto de Lei nº 367/92 de autoria do Deputado Dr. Rosinha. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 4) Projeto de Lei nº 369/92 de autoria do Deputado Severino Félix. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Guimarães - APROVADO; 5) Projeto de Lei nº 291/92 de autoria do Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Guimarães - APROVADO; 6) Projeto de Lei nº 254/92 de autoria do Deputado Renato Adur. O Deputado Relator, Plauto Guimarães, requer diligência - DEFERIDO; 7) Projeto de Lei nº 388/92 do Poder Executivo. Parecer favorável do Deputado Plauto Mirô Guimarães - APROVADO; 8) Projeto de Lei nº 565/91 de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL à Emenda, do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 9) Projeto de Lei nº 534/91, de autoria do Deputado Lou-

renço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 370/92 de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Parecer favorável do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 364/92 de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 377/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 391/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 374/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 385/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 16) Projeto de Resolução nº 16/92 de autoria do Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 334/92 do Poder Executivo. Concedido vistas ao Senhor Deputado Ernani Pudell e posterior ao Sr. Deputado Colombino Grassano; 18) Projeto de Lei nº 389/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 373/92. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 280/92 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 208/92 de autoria do Deputado Erondy Silvério. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 292/92 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 379/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 387/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 372/92, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nilton Barbosa - REJEITADO. Será designado novo Relator; 26) Projeto de Lei 378/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 365/92

de autoria do Deputado Antônio Costenaro Neto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 327/92 de autoria do Deputado Djalma de Almeida Cezar. O Deputado Relator, Toti Colaço, requer diligência - DEFERIDO; 29) Projeto de Lei nº 382/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 393/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 352/92 de autoria do Deputado Cleiton Kielse. O Deputado Relator, Toti Colaço, requer diligência - DEFERIDO; 32) Projeto de Lei nº 345/92 de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 33) Projeto de Lei nº 361/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 34) Projeto de Lei complementar nº 125/92 de autoria do Deputado Cesar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL à Emenda, do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 35) Projeto de Lei nº 384/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 36) Projeto de Lei nº 381/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 37) Proposição Veto nº 103/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO; 38) Projeto de Lei nº 351/92 de autoria do Deputado João Preis. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO; 39) Projeto de Lei nº 386/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO; 40) Projeto de Lei nº 368/92 de autoria do Deputado Oswaldo Trevisan, requer diligência - DEFERIDO; 41) Projeto de Lei nº 380/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 42) Projeto de Lei nº 390/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente sessão.

(aa) ERONDY SILVERIO
Presidente
ANA LUCIA ANDRETTA
Secretária